

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

**REDESENHANDO O PERFIL SÓCIO-ÉTNICO-CULTURAL ESTUDANTIL NA
UNIVERSIDADE PÚBLICA:
DEMOCRATIZAÇÃO E EXPULSÃO EM DEBATE.**

YUKARI YAMAUCHI MORAES¹

RAFAEL GONÇALVES DOS SANTOS²

LARA IARA GOMES BORGES³

MARIA CRISTINA PIANA⁴

RESUMO

Este estudo bibliográfico tem como objetivo analisar o perfil sócio-étnico-cultural estudantil redesenhado historicamente no âmbito da Educação Superior Pública brasileira. Ancorado ao referencial crítico e crítico-dialético, buscar-se-á desvelar os desafios enfrentados para a permanência estudantil material e simbólica, marcadas pelo elitismo excludente da ideologia neoliberal pós-moderna.

Palavras-chave: Educação Superior Pública. Identidade Estudantil. Ideologia Neoliberal.

ABSTRACT

This bibliographic study aims to analyze the student socio-ethnic-cultural profile historically redesigned within the scope of Brazilian Public Higher Education. Anchored to the critical and critical-dialectical framework, we will seek to reveal the challenges faced for material and symbolic student permanence, marked by the exclusionary elitism of postmodern neoliberal ideology.

¹ Universidade Estadual Paulista

² Universidade Estadual Paulista

³ Universidade Estadual Paulista

⁴ Universidade Estadual Paulista

Keywords: Public Higher Education. Student Identity. Neoliberal Ideology.

1 INTRODUÇÃO

Como objetivo central, a presente reflexão teórica consiste em analisar o perfil sócio-étnico-cultural estudantil desenhado historicamente no Ensino Superior Brasileiro e o processo de expulsão de discentes na Universidade Pública na atual conjuntura. O conhecimento desta realidade, está ligada a aspectos sensíveis, de como este fenômeno se apresenta para estes discentes e também de como irão reverberar na reconstrução e redefinição destes perfis.

Subsidiado pelo referencial crítico e crítico-dialético, é necessário fazer um breve resgate histórico, para que seja possível compreender a realidade contemporânea sendo essencial refletir sobre os reflexos da escravização, juntamente com uma estrutura de Estado centralizador e hierárquico, evidenciam a necessidade do fortalecimento da democracia, e ao mesmo tempo, sinalizam fatores contínuos e presentes na atualidade brasileira.

Dá se destaque nessa discussão, ao impacto desse processo histórico opressor na sociedade brasileira e de que maneira esses determinantes influenciaram as políticas educacionais voltadas para o ensino superior, que ainda enfrenta barreiras em relação às fragilidades democráticas e nas profundas disparidades socioeconômicas e educacionais que limita as perspectivas de permanência no ensino superior. Nesse sentido buscou-se desenvolver análises considerando a intersecção entre as categorias classe social, raça e etnia, gênero e sexualidade determinantes fundamentais para a compreensão do contexto vigente.

Os resultados demonstram que no contexto brasileiro as políticas educacionais são contraditórias e não escapam da subordinação ao processo capitalista dependente e periférico (Fernandes,1975). É, portanto, na dinâmica desse movimento que essas políticas são estabelecidas, sendo marcadas pela necessidade de melhorias na estrutura organizacional e financeira para atender às demandas estudantis que vão além do que as atuais políticas públicas de educação superior oferecem. Nesta ótica, tais políticas são desenvolvidas tanto para a ampliação do acesso ao ensino superior, quanto para a comercialização desse direito.

Justifica-se, ainda, a importância deste artigo para o conhecimento da realidade objetiva sobre a permanência no ensino superior. Coloca-se destaque aqui a possibilidade de suscitar a análise crítica, impulsionar o debate sobre esta problemática e contribuir para que a classe

trabalhadora oprimida e explorada tenha possibilidades de acesso permanência ao ensino superior enquanto um direito universal.

2 ELITISMO E EXCLUSÃO: DESAFIOS PERMANENTES NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Com objetivo de analisar a dinâmica das políticas educacionais destinadas ao ensino superior e seus principais elementos fundantes e estruturais, que são o sustentáculo das motivações que direcionam sua formulação e panorama no contexto vigente, torna-se imperativo contextualizar, ainda que brevemente, as concepções teóricas desenvolvidas pelo autor Florestan Fernandes em sua obra “A revolução burguesa no Brasil” (1975).

Partindo das contribuições do referido autor é possível discutir sobre as relações fundamentais que moldam a sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à sua configuração na sociedade capitalista enquanto um “desenvolvimento desigual e combinado, de um sistema de capitalismo periférico e dependente” (Fernandes, 1975, p. 241). Ao considerar esta natureza como componente central para analisarmos a dinâmica política, econômica e cultural da sociedade brasileira, pretende-se refletir como os principais conflitos e contradições presentes na formação sócio-histórica do país se reverberam no ordenamento da política social e especificamente na política da educação do ensino superior, foco deste trabalho.

Um dos elementos fundamentais para analisar o conceito de capitalismo periférico e dependente de países designados “subdesenvolvidos” – que compõem a realidade brasileira, implica considerar a dinâmica que gesta a estrutura das classes sociais, o modo como se cooperam e confrontam entre si na busca por aperfeiçoar e fortalecer o sistema vigente, e no qual, paradoxalmente, também apresenta uma capacidade de ser transformada e desmantelada. Portanto, a luta de classes no interior do metabolismo antissocial capitalista é um fenômeno intrinsecamente histórico, contraditório e dialético, sendo a política da educação superior na realidade brasileira fruto deste processo que é complexo e multifacetado.

De modo geral, a cultura política e histórica brasileira e dos países colonizados no mundo possuem similaridades sociais, políticas, culturais e econômicas, pois quando falamos sobre desigualdades, autoritarismos, opressões, racismos, dentre outros elementos históricos, estamos tratando de uma cultura política e social estruturada em visões de mundo autoritárias, clientelistas e advindas do projeto de sociedade da classe dominante. Estas ideologias seletivas e segregacionistas são vetores concretos de conformação e de naturalização das relações sociais vigentes de desigualdades e de opressões sociais, as

quais impossibilitam à grande parte da classe trabalhadora o acesso à cidadania, à democracia e à justiça social (Silva, 2021, p. 120).

Assim, conforme segue as análises de Fernandes (1975), a gênese das particularidades presentes na realidade brasileira é um processo que se gesta desde a construção das capitanias hereditárias que já adotava uma estrutura com o intuito de preparar a colônia para a produção em larga escala e para exportação global. Este caráter espoliativo, que remonta aos primórdios da história brasileira, marca a chegada do imperialismo no Brasil, resultando na exploração de recursos naturais, da força de trabalho e na escravização de povos indígenas, bem como no tráfico de negros africanos para consolidação desta escravização. Essas determinações estruturais, forjadas ao longo de quatro séculos de predominância do latifúndio e da escravização, revelam-se marcas profundamente arraigadas e desafiadoras de serem superadas.

As marcas da escravização, bem como a configuração de um Estado eminentemente vertical e hierarquizado, que carece de um processo de revolução democrático, constituem como elementos persistentes e que integram a realidade contemporânea do Brasil. Portanto, é fundamental ponderar sobre como essa herança histórica incide no Brasil contemporâneo e como estas particularidades repercutiram no âmbito das políticas educacionais destinadas ao ensino superior brasileiro, cujo o país ainda enfrenta desafios relacionados às debilidades democráticas, com desigualdades socioeconômicas/educacionais profundas, com legislação desigual, que certamente são embrionários de um Estado escravista, da cidadania incompleta e uma burguesia sem projeto nacional e democrático, porém associada ao imperialismo (Fernandes, 1975).

Após efetuar esta breve contextualização e análise, é possível evidenciar na história da educação superior brasileira as sequelas deste caráter de dependência dos países denominados “desenvolvidos”. Ademais, as repercussões desta teoria da dependência na configuração do ensino superior brasileiro e conseqüentemente, as possibilidades do acesso e permanência na formação universitária, conforma a herança de um ensino historicamente reservado aos/as filhos/as da aristocracia colonial, ou seja, somente os/as que detinham recursos financeiros para custear os estudos, e que haviam condições de deslocarem-se para a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Nesse mote, é possível analisar as raízes do fenômeno da exclusão no ensino superior, juntamente com a manifestação de sua herança elitista, eurocêntrica, heteronormativa e branca. Dado o potencial político-interventivo inerente à educação na dinâmica política, econômica e social, que abrange tanto a construção do conhecimento político, científico e filosófico na

capacidade de promover a transformação da sociedade, quanto a capacidade de exercer o controle, domínio e opressão, a educação em todos os níveis e modalidades de ensino sempre foi espaço de disputa de projetos educacionais e societários, sendo cooptado pelo Estado como profícuo terreno para a consolidação dos interesses e estratégias da dominação hegemônica. Por isto, conforme (Júnior, 2011) este binômio elitismo e exclusão que marcam a história da educação brasileira, são dois elementos primordiais para entender o fundamento da expansão da educação superior e seu conjunto de processos que perpassam o desenvolvimento da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Dado a realidade exposta, com o objetivo de realizar uma breve análise na perspectiva histórica do processo de institucionalização das políticas educacionais destinadas para o ensino superior no Brasil, torna-se imprescindível elucidar que esse processo é influenciado e determinado pelas condições originárias do sistema educacional brasileiro, mas também notavelmente caracterizado por ações coordenadas com organismos internacionais/multilaterais na atual conjuntura, especialmente ações articuladas como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e as recomendações internacionais presentes no Consenso de Washington (1989) que almejam promover a expansão do ensino superior no território brasileiro por meio de contrarreformas sob a égide do neoliberalismo (Lima, 2011).

(...) como ponto de partida do debate sobre os resultados das reformas, os especialistas presentes tomaram, como referência, um artigo do economista John Williamson, que cunhou o termo “Consenso de Washington”. Nesse artigo Williamson define quais seriam as políticas econômicas desejáveis na região voltadas basicamente para: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, taxa de juros e de câmbio controladas pelo mercado, liberação da política comercial, desregulação dos mercados internos, abertura ao capital externo, privatização das empresas estatais e direito de propriedade. Esse pacote de medidas para os países latino-americanos contou com o aval dos organismos multilaterais de crédito: FMI e Banco Mundial, Tesouro dos EUA, Federal Reserve (Banco Central dos EUA) e dos vinte maiores bancos mundiais e demais países do G.5 (Banco Mundial, 1989).

Refletir sobre esta complexa dinâmica relacionada aos marcos históricos que impulsionaram a expansão do ensino superior no contexto brasileiro, torna-se evidente a presença de um paradoxo intrínseco. Por um lado, esta “massificação do ensino” (Lima, 2011, p.93), viabilizou o aumento significativo do número de instituições e de matrículas no ensino superior, bem como, maior possibilidade de acesso às populações menos privilegiadas da sociedade brasileira. Contudo, esse processo, ocorreu de modo discrepante no setor privado, sob a égide dos moldes neoliberais e em conformidade com as orientações dos organismos internacionais que

promovem a mercantilização e a privatização da educação, retirando gradativamente seu caráter gratuito/enquanto direito e transpondo-a em mercadoria.

Ponderar sobre a institucionalização do ensino superior brasileiro no capitalismo financeiro monopolista e as metamorfoses que acompanharam esse processo, torna-se imperativo considerar o ponto de partida dessa trajetória. Ao examinarmos na história a centralidade desse percurso no início da década de 1990, identificamos uma marcante mudança de paradigma no contexto do ensino superior, que apresentou ampliação de modo abrupto e impactante no cenário educacional⁵. Contudo, é importante enfatizar que este processo foi conduzido sem a observância do princípio da equidade, inclusão e, quiçá, a consideração da educação superior enquanto direito universal.

Analisar a totalidade das ações relacionadas às políticas educacionais no contexto brasileiro, torna-se possível identificar alguns elementos contraditórios em disputa que fundamentam a institucionalização de legislações e medidas que contribuem tanto para a ampliação do acesso ao ensino superior, quanto para a comercialização desse direito. Nesse sentido, o primeiro e segundo ciclo de expansão do ensino superior⁶ revelam a influência do contexto político, social e econômico vivenciado pelo país. Em outras palavras, as iniciativas no âmbito do ensino superior são intrinsecamente histórico-dialéticas e sintonizadas com as aspirações políticas, econômicas e sociais que moldam a trajetória da realidade brasileira.

Ademais, as debilidades presentes no seio das políticas educacionais, especialmente das ações destinadas para a promoção da democracia, diversidade e inclusão social, são reverberadas nas dificuldades de efetivação da Lei de Cotas para o Ensino Superior e Programas de Ações Afirmativas, estabelecida pela Lei nº 12.711/2012. Não se pode desmerecer aqui, a magnitude dessa conquista política, considerando-a enquanto instrumento essencial para a democratização do ensino, especialmente no que diz respeito à inclusão da população historicamente excluídas do acesso ao ensino superior, que abrangem mulheres, população preta e parda, população indígena, pessoas com deficiência, membros da comunidade LGBTQIAPN+ e a classe trabalhadora empobrecida.

⁵ “O ensino superior brasileiro atendia, em 1999, a cerca de 2,38 milhões de alunos. Desse total, 65% estavam matriculados em instituições privadas. Se considerada toda a década (1990/1999), o ritmo de crescimento da matrícula na esfera privada mostra-se bem mais intenso que o do conjunto das redes públicas” (Corbucci, 2001, p. 105).

⁶ De acordo com Senkevicks (2021) o primeiro ciclo de expansão do ensino superior compreendeu o período de 1960 a 1989. O segundo ciclo, iniciou em 1990.

No entanto, é relevante salientar que os objetivos das ações afirmativas na universidade são veemente atacados e comprometidos. Conforme apontado por Silva; Santos; Reis (2021), o desenvolvimento desta política está imerso em um “cenário sociopolítico de gestão autoritária, negacionista e neoliberal, a qual promove, ao longo dos anos, sistematicamente, cortes bastante drásticos nos recursos destinados ao PNAES” (Silva; Santos; Reis, 2021, p. 14).

É fundamental destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é responsável por garantir a permanência dos estudantes nas universidades públicas federais, enquanto o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as universidades Estaduais (PNAEST) desempenha um papel semelhante nas universidades públicas estaduais. No entanto, é preciso observar que esses programas são constantemente atacados e apresentam limites devido ao desenvolvimento de ações pontuais e focalizadas no âmbito da assistência estudantil.

Em decorrência à sua natureza não consolidada como *política* institucional, os referidos programas enfrentam desafios relacionados à falta de recursos financeiros e planejamento sistemático adequados para garantir plenamente o acesso e a permanência material/simbólica dos/as/es estudantes. Isto posto, a demanda da permanência estudantil inclui o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais que afetam os/as/es estudantes, bem como o enfrentamento de diversos tipos de violências e nas diversas manifestações da questão social no ambiente universitário (Da Silva; Pessanha, 2022).

No bojo dessas estruturas, incluem o legado do colonialismo, da escravização, do patriarcado, da xenofobia, da LBGTQIAPN+fobia, do preconceito atrelado à pessoa com deficiência e população indígena, e outras formas de violências que contribuem para a persistência do racismo/colonialismo científico e de hierarquias sociais que afetam o sentimento de pertencimento e merecimento dos/as/es estudantes no ambiente universitário.

Importante enfatizar que esses conflitos, considerados de natureza “subjetiva e invisível”, têm o potencial de excluir os/as/es estudantes da universidade na mesma intensidade que as necessidades materiais/basilares que os/as/es discentes demandam para minimamente, ter condições adequadas para prosseguirem a trajetória acadêmica.

Portanto, é necessário incitar a construção de uma política destinada ao enfrentamento destas questões de modo interseccional e multiprofissional, que não se limite ao PNAES/PNAEST. Para além dessa condição, é necessário superar o atual cenário de uma infraestrutura de assistência estudantil limitada e/ou residual, e construir, de modo coletivo e multidimensional, uma

concepção de permanência estudantil direcionada para o enfrentamento das demandas biopsicossociais, materializadas na universidade.

Deste modo, antes de avançarmos à exposição do debate pertinente ao processo de expulsão de discentes na universidade pública, é imperativo reforçar nas análises subsequentes considerar os desafios advindos das raízes do sistema educacional brasileiro, pois, as políticas educacionais como um todo, especialmente na educação superior - foco do presente estudo, historicamente requerem avanços na infraestrutura organizacional e orçamentária para compreender o atendimento das necessidades biopsicossociais que extrapolam as possibilidades fornecidas pelas atuais políticas públicas destinadas à educação superior.

2.1 IDENTIDADE ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA À LUZ DO FILTRO SOCIAL E EXCLUDENTE DA IDEOLOGIA PÓS-MODERNA

As reflexões e análises teóricas tecidas até o presente momento revelam que as universidades públicas brasileiras têm sofrido nas últimas décadas as piores consequências provocadas pela gestão neoliberal ultrarradical e negacionista, e que foi responsável por acentuar um movimento contraditório que, ao invés de contribuir para o aumento das condições de acesso e permanência às universidades públicas socialmente referenciadas, fez com que estudantes das periferias urbanas fossem expulsos desses espaços, fator esse que representa uma forte violação de seus direitos sociais e humanos.

A privação do direito de acesso à educação e o agravamento das desigualdades sociais transformaram-se no principal mecanismo para o avanço da extrema direita e da sua ideologia pós-moderna, tornando a perspectiva empresarial, organizacional e a segurança como valores indispensáveis para o movimento do seu metabolismo antissocial que se alimenta de vidas humanas.

Não somente a identidade estudantil passa a ser modelada para padronizar o perfil predominante de quem acessa e permanece nos espaços da educação superior pública, mas também a própria imagem construída sobre as universidades públicas foram alvo de ataques e discursos falaciosos responsáveis por produzir e reproduzir informações desvinculadas da realidade contemporânea.

De acordo com as considerações de Giolo (2020, p.31), houve várias publicações nos meios de comunicação e nas redes sociais, por exemplo, que foram divulgadas pelo ensaísta,

polemista e ideólogo brasileiro, Olavo de Carvalho, que fez com que as universidades públicas fossem apreendidas enquanto espaços impróprios, desqualificados e de formação comunista: “universidades, no Brasil, são, em primeiro lugar, pontos de distribuição de drogas. Em segundo, locais de suruba. A propaganda comuno-petista fica só em terceiro lugar”.

A reprodução ampliada de discursos conservadores e falaciosos como esses fazem com que as ideologias direitistas sejam capazes de fortalecer movimentos e posições políticas reacionárias, a exemplo do Ensino à Distância (EaD), o programa Reuni Digital (RD) e o projeto “Future-se” durante a gestão do (des) governo Bolsonaro (2019 - 2022) que, além de atacar a qualidade do ensino com o desfinanciamento das políticas públicas educacionais, também refletiram sobre as condições de trabalho da categoria docente, resultando no arrocho salarial, na suspensão de concursos públicos, no esgotamento físico e mental, além da precarização da infraestrutura das instituições de ensino superior e dos seus equipamentos e recursos tecnológicos.

O pensamento conservador tende a alcançar de maneira mais rápida e fácil todos os estratos sociais com os seus discursos que reafirmam a defesa de uma sociedade individualista, anti-humanidade, tradicional, tornando-se incapaz de identificar as contradições sociais existentes em seu próprio meio, de modo a naturalizar as desigualdades sociais vigentes.

Trata-se da apologia do sistema capitalista que atua para destruir as bases do Estado Social, responsável pela privatização dos serviços e das políticas públicas, fazendo com que o Estado intervenha para assegurar a manutenção da ordem social vigente.

É diante desse cenário caótico e perverso que o papel das universidades passou a ser influenciada pela ideologia pós-moderna, neopositivista, além do ideário neoconservador que ataca as condições objetivas para o desenvolvimento do pensamento científico e crítico, naturaliza as desigualdades, subjetiviza a história e transfere a existência de conflitos para o campo imaginário, facilitando, conseqüentemente, a resignação e o pessimismo diante da realidade. (Barroco, 2015, p. 633 *apud* Mari; Thiengo; Melo, 2023, p. 255).

Os ataques sem precedentes às universidades pela agenda direitista também alcançaram a categoria de docentes. Uma ocorrência notória desse processo pode ser exemplificada a partir do ocorrido no dia 13 de maio de 2019, quando um biólogo e professor da UnB, Marcelo Hermes Lima, criou uma nova associação chamada Docentes pela Liberdade (DPL), formado por professores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, designados como apartidários e com o objetivo de atuar para recuperar a verdadeira identidade da educação brasileira. As ações

articuladas por essa associação supracitada, pretendiam atacar a hegemonia da esquerda e interromper os riscos de “perseguição ideológica”, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais.

Somados a esses retrocessos históricos no âmbito da Educação Superior, também é possível identificar em curso um movimento de americanização perversa das universidades públicas ante ao financiamento de empresas privadas e empreendedoras da educação que apresentam, dentre as suas principais características, um movimento de destruição das instituições e dos serviços públicos, especialmente no que diz respeito à sua autonomia, gestão financeira e planejamento didático-pedagógico. Dessa forma, o pensamento conservador e a influência neofascista e neonazista, recorrentes na agenda autocrática burguesa, encontram no solo brasileiro condições propícias para a sua reprodução ampliada, atingindo todas as dimensões da vida humana, política, social, econômica, ambiental e cultural.

Diante de tantos retrocessos históricos que assolam a realidade brasileira, alguns questionamentos se fazem importantes, principalmente diante das profundas transformações estruturais provocadas pelo contexto pós-pandemia. Qual tem sido o papel do Estado brasileiro, reconhecido constitucionalmente enquanto Estado Democrático de Direito, na efetivação dos direitos e dos deveres previstos pela Constituição Federal de 1988? O mesmo tem assumido a responsabilidade pública de assegurar recursos orçamentários para o financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito dos direitos sociais, principalmente no que diz respeito ao acesso à Educação Superior pública? Qual tem sido o escopo das universidades brasileiras diante da nova ordem capitalista que apenas carrega a pretensão de transferir conhecimentos e capacitar estudantes para a formação de uma mão de obra barata precarizada em prol da eficácia econômica do país?

Diante de tantos questionamentos, observa-se que a política de educação brasileira tem apresentado fortes tendências de investimento no próprio capital humano e da difusão de um projeto de educação influenciada pelos princípios morais e policialescos do projeto Escola Sem Partido, além das propostas de implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com lastros que perpassam desde a educação básica e a educação superior, implementados em comunidades onde os corpos desse perfil estudantil torna-se alvo dos mecanismos de segurança pública que mais mata e encarcera no país.

Não obstante, apesar de muitas universidades terem garantido a ampliação do direito de acesso de estudantes negros/as, indígenas e das camadas sociais oriundas das redes de ensino

públicas, ainda é possível identificar uma oferta insuficiente de programas governamentais que possibilitem assegurar a permanência estudantil ao ingressar no ensino superior, a realização de orientações acadêmicas, a participação de estudantes trabalhadores/as nas atividades que constituem o tripé da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), além de fomentar a participação popular no enfrentamento dos elevados índices de exclusão, evasão e abandono escolar que, na verdade, pode ser apreendido como um movimento de expulsão direta e indiretamente desses coletivos historicamente marginalizados dos processos de escolarização.

Ao refletir sobre os desafios existentes, pode-se indicar que a educação popular possui um papel fundamental para o enfrentamento do atual modelo de educação padronizado e homogêneo, com o intuito de construir um novo paradigma de educação e sistema de ensino que permita com que estudantes sejam reconhecidos/as/es como sujeitos de direitos, enquanto partes constitutivas de todas as etapas e processos educativos, além de possibilitar com que educadores/as possam se educar nesse processo dialético.

Ao mesmo tempo, o papel da educação popular torna-se igualmente capaz de indicar caminhos para a construção de uma consciência crítica, assegurando com que as massas populares oprimidas e exploradas sejam protagonistas de sua própria história. Vale destacar que, a orientação do trabalho desenvolvido pela educação popular busca superar um modelo de educação bancária que enxerga estudantes como depósitos de conhecimentos, responsável por cercear as suas capacidades a uma atitude passiva que reforça um caráter autoritário e assistencialista. De acordo com Paulo Freire (1984, p.69): “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica”. Dessa forma, o seu potencial revolucionário reafirma o compromisso ético e político com a educação libertadora e com a dimensão democrática, em oposição ao discurso ideológico direitista que oculta a veracidade dos fatos.

A problemática central denunciada pela presente reflexão teórica fundamenta-se a partir do aporte teórico dos conceitos da interseccionalidade e consubstancialidade para a identificação do perfil sócio-étnico-cultural predominante do corpo estudantil que acessa a educação superior pública, a partir da relação entre as categorias classe social, raça/etnia, gênero e sexualidade. De acordo com as análises de Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

(...) busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais três eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Já o conceito da consubstancialidade consiste numa interpretação acerca da realidade social, por meio de um entrecruzamento existente entre as relações sociais, imprimindo suas marcas umas nas outras e construindo-se de maneira recíproca. Desse modo, as categorias classe social, raça/etnia e gênero não podem ser pensadas de maneira isolada, uma vez que encontram-se dialeticamente indissociáveis e entrelaçadas. Essa categoria analítica também é coextensiva, já que as relações sociais são produzidas e reproduzidas mutuamente, apresentando, portanto, maior correspondência ao materialismo histórico-dialético. (Pinheiro, 2016 *apud* Cisne; Mara, 2018).

É notório que as desigualdades presentes no processo de acesso e permanência estudantil qualificada, influenciada pela estrutura organizacional da sociedade capitalista, atingem particularmente a realidade objetiva de todo o corpo estudantil, formando por mulheres, mães, negros/as, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAPN+ e dentre outros coletivos sociais.

Nesse sentido, urge a necessidade de refletirmos sobre um fator que é incontestável. Todas as violências supracitadas não podem ser apreendidas como meros atentados e agressões físicas, pois essas práticas reacionárias também apresentam uma dimensão simbólica, sendo materializadas em cada realidade objetiva desses/as discentes pela cultura do silenciamento, do cancelamento e da invisibilidade. E muitas vezes, essas violências ganham concretude por meio de discursos de ódio e de intolerância, materializados nos espaços acadêmicos, a exemplo de frases preconceituosas escritas nos ambientes universitários, ataques LGBTfóbicos em jogos universitários, desrespeito à identidade e ao nome social de travestis e transsexuais, dentre outros aspectos que costumam ser velados, mas que provocam marcas profundas nos corpos desse coletivo.

Essas determinações contraditórias são movidas pelas reações da autocracia burguesa, reafirmada pela bancada BBB⁷ (bala, boi e bíblia), a partir de intervenções moralistas anti-LGBTQIAPN+ e justificadas em nome de um Deus cristão, da família heteropatriarcal, racista, sexista e da necessidade de preservação da infância.

⁷ Esta bancada é composta por deputados ligados à polícia militar, aos esquadrões da morte, às milícias privadas, aos grandes proprietários de terras, aos criadores de gado e aos neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos (Lowy, 2016 *apud* Mustafa, 2019).

Seja nas universidades, nas escolas ou até mesmo nos espaços públicos e privados, os nossos coletivos ainda precisam se esconder. Contraditoriamente, todas as vozes desse coletivo não estão sendo ouvidas pelo Estado da morte e da necropolítica, que privilegia a eficácia do mercado e da economia acima de vidas humanas.

A política de cotas consiste em uma importante política pública para reparação histórica das desigualdades de acesso nas instituições de Educação Superior pública do país. Recentemente, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) - primeira Deputada Federal preta e trans da história do Brasil - apresentou o Projeto de Lei nº 3.109, de 18 de julho de 2023, que estabelece a implementação de cotas nas Universidades Federais para travestis e transexuais, a fim de ampliar as oportunidades de acesso desse segmento social na educação superior brasileira.

O referido projeto foi apresentado ao Congresso Nacional e propõe a reserva de cinco por cento (5%) das vagas em Universidades Federais e demais instituições federais de ensino superior para o acesso de travestis e transexuais. A deputada salienta que, mesmo representando dois por cento (2%) da sociedade brasileira, travestis e transexuais correspondem apenas à faixa de 0,1% e 0,3% das pessoas que conseguem acessar as Universidades Federais, conforme indicado pelos indicadores do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae, 2022).

Ademais, lutar para acessar, permanecer e concluir a educação superior pública não consiste somente em um ato de resistência, mas num movimento de autoafirmação diário. Todos os coletivos sociais historicamente marginalizados desejam possuir o direito de construir as suas relações sociais, terem amizades, suas identidades e nomes respeitados. A permanência material e simbólica apresenta, igualmente, uma dimensão valorativa e ontológica a ser defendida enquanto uma práxis educativa, emancipatória e libertadora. Esta dimensão consiste, nos dizeres de Gramsci, em apreender o significado social e político da educação enquanto mediação capaz de construir um novo projeto societário alternativo à sociedade do capital, de modo com que os indivíduos tomem consciência sobre a sua própria realidade histórica.

Por essa razão, precisamos atentar-nos aos pequenos detalhes que norteiam nossas realidades, especialmente no que diz respeito aos atos que encontram-se velados, ocultos e que desafiam a possibilidade de construirmos uma universidade inclusiva e diversificada sócio-étnico-culturalmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo cabe colocar a reflexão de Freire (1980, p.77) para a reflexão do presente: “(...) trabalhando com o povo, ler bem o real, respeitando inclusive as condições em que o povo se encontra diante desse real; respeitar temores do povo, os medos justos que o povo tem, que a gente tem que conhecer”.

Nessa perspectiva, apesar de várias universidades terem ampliado o acesso de grupos historicamente marginalizados da educação, ainda falta apoio governamental para garantir a permanência desses estudantes no ensino superior. Sendo fundamental viabilizar esta permanência por meio de políticas extensivas e efetivas considerando as particularidades e singularidades desses sujeitos e suas trajetórias mediadas por um sistema opressor em que ocupar estes espaços se torna um ato de resistência às mais diversas violências/desigualdades.

Além disso, muitas vezes o processo de permanência também esbarra em lacunas advindas da educação básica devido ao processo de sucateamento e precarização do ensino, da necessidade de sobrevivência destes estudantes, ou seja, do estudante que necessita produzir, vender sua força de trabalho além do espaço acadêmico. Portanto, “é saber em favor de quem se coloca a educação” (Freire, 1980, p.79).

Frente a discussão empreendida, pode-se constatar, tendo por base o processo de colonização a atitude histórica do Estado Brasileiro de apresentar políticas públicas omissivas e os aspectos contraditórios das atuais políticas de educação como um fator que influencia a continuidade e a expulsão dos estudantes no ensino superior. Uma análise para além do imediato, pois buscou suscitar o pensamento crítico desta contextura social, política e ideológica, incluindo suas complexidades e divergências.

Dessa forma, é urgente promover a elaboração de estratégias coletivas para lidar com tais questões que não fique restrita a programas e políticas educacionais específicas, como também, superar a atual situação precária da infraestrutura de apoio aos estudantes, sendo necessário analisar, qual é o espaço para assegurar a materialidade das políticas de permanência estudantil.

Na elaboração deste estudo foi possível compreender que a organização dessas estratégias perpassa pela educação popular onde o conhecimento da realidade, do poder da organização popular podem fomentar e coletivizar reivindicações da classe trabalhadora, mesmo entendendo que esta organização está em constante disputa com os interesses do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.109, de 18 de julho de 2023**. Estabelece reserva de vagas para pessoas trans e travestis nas universidades federais e demais instituições federais de ensino superior e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2369770&fichaAmigaVel=nao>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. La educación como catalizador del progreso. Washington: **Serie de informes de políticas y estrategias sectoriales del Departamento de Desarrollo Sostenible**, 1998.

CORBUCCI, P. R. **O ensino superior brasileiro na década de 90**. 2001.

CISNE, M.; DOS SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DA SILVA, S. F. P.; PESSANHA, J. F. M. Identificação de indicadores para previsão de insolvência das distribuidoras de energia elétrica por meio de regressão logística para dados em painel. **Contabilometria**, v. 9, n. 1, 2022.

FERNANDES, F. A Revolução burguesa. **Zahar Editores**, v. 1, p. 202-205, 1975.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. A prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 3, 1980.

GIOLO, J. **O future-se sem futuro**. In: GIOLO, J.; LEHER, R; SGUISSARDI, V. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de Educação Superior e sua sujeição ao mercado. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. p. 15-101.

JUNIOR, F. A. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. 2011.

JACINTO, A. G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista katálisis**, v. 20, p. 84-92, 2017.

LIMA, K. R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**, v. 14, p. 86-94, 2011.

MARI, C. L.; THIENGO, L. C.; MELO, S. D. G. A agenda de estado mínimo e o avanço da extrema direita no Brasil: expressões na Educação Superior. In: Elenice Parise Foltran; Marli de Fátima Rodrigues (Org.). **Efeito Bolsonaro na educação: análise crítica**. Ponta Grossa: ZH4, 2023, p. 248- 268.

MUSTAFA, P. S. Estado Capitalista brasileiro: análise dos direitos sociais em tempos de ortodoxia neoliberal. **Revista Katálisis**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de

Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. 1, p. 100-109, 2019.

SENKEVICS, A. S. **A expansão recente do ensino superior. Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021.

SILVA, N. N. da; SANTOS, A. P. dos; REIS, J. M. S. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021.

SILVA, S. A. da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálisis**, v. 24, p. 119-126, 2021.